



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**



Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito,
para ver a possibilidade de atender.

Presidente

INDICAÇÃO N.º 074 /2016

Gabinete do Vereador, 28 de julho de 2016.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Solicito a V. Exa., nos termos regimentais, que seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Prefeito a seguinte INDICAÇÃO:

Seja realizado Projeto de Lei, conforme anexo, para modificação da Legislação Municipal que trata da concessão de subsídio ao transporte universitário. Tal medida se faz necessário tendo em vista que a atual legislação não é inclusiva, ao contrário, mais exclui do que inclui estudantes na concessão do benefício, que para algumas famílias seria de suma importância para o auxílio ao estudo de nível superior.


Vereador Márcio Miguel Müller
Solidariedade

Proposição elaborada e redigida pelo Gabinete do Vereador Márcio Miguel Müller



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**



ANEXO

PROJETO DE LEI N.º _____/2016

Revoga a Lei 4.707, de 3 de setembro de 2007 e dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 4.698, de 2007, que institui o Programa de Parceria para a Qualificação Profissional Universitária e autoriza o Poder Executivo a conceder subsídio ao transporte escolar nos termos do art. 169 da Lei Orgânica do Município.

Art. 1º - Revoga a Lei 4.707 de 3 de setembro de 2007 e dá nova redação ao art. 4º da Lei 4.698, de 14 de agosto de 2007, que institui o Programa de Parceria para a Qualificação Profissional Universitária e autoriza o Poder Executivo a conceder subsídio ao transporte escolar nos termos do artigo 169 da Lei Orgânica do Município, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4.º - O subsídio de que trata o art. 3.º será concedido aos participantes com renda familiar *per capita* que não exceda a 1 (um) salário mínimo nacional e meio, conforme as faixas a seguir:

I – 0 (zero) a um salário mínimo: 100% de subsídio;

II – de um salário mínimo a um salário mínimo e meio: 50% do valor do subsídio.

§ 1.º - Entende-se por renda familiar para os efeitos desta lei, a soma dos rendimentos do aluno e mais:

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**"Montenegro Cidade das Artes
Capital do Tanino e da Citricultura"**



I – cônjuge, quando casado ou união estável;

II – de seus pais, quando solteiro.

§ 2.º - A base de cálculo do subsídio a ser calculado na forma dos incisos I e II do *caput* será o menor valor praticado entre os transportadores selecionados na forma do art. 6.º, para cada instituição."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.